

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de março de 2024

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (DRE)	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA).....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (DFC)	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA).....	8
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DEMAIS CONTAS A RECEBER	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	14
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	14
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	15
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	16
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL.....	17
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	20
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	20
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	20
20 RESULTADO FINANCEIRO	21
21 SEGUROS DE RISCOS	21
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	21

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de março de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	155.141	160.231
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		242	287
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	52.980	50.055
Adiantamentos a Pessoal	7	24.775	21.868
Demais Contas a Receber	6	7.887	7.251
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	26.149	27.936
Importação em Andamento		2.756	918
Despesas Pagas Antecipadamente		424	648
		270.354	269.194
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.604	1.591
Imobilizado	9	949.096	956.152
Intangível	10	1.538	1.604
		952.238	959.347
Total do Ativo		1.222.592	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de março de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	11	19.618	22.184
Obrigações Tributárias e Sociais	12	68.142	74.572
Obrigações com Pessoal	13	65.471	86.526
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	246.105	240.310
Outras Obrigações		9.999	9.329
		409.335	432.921
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		12.107	11.716
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	795.929	802.294
		808.036	814.010
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	15	1.247.924	1.247.924
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		38.123	36.867
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(19.523)	(19.297)
Prejuízos Acumulados		(1.261.303)	(1.283.884)
		5.221	(18.390)
Total do Passivo		1.222.592	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Período (DRE)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita Operacional Bruta		76.287	74.861
Serviços Prestados		76.287	74.861
Deduções Da Receita Bruta		(638)	-
PIS sobre Faturamento		(114)	-
COFINS sobre Faturamento		(524)	-
Receita Operacional Líquida	16	75.649	74.861
Custos Dos Serviços	17	(427.059)	(388.729)
Resultado Operacional Bruto		(351.410)	(313.868)
Despesas Operacionais		(71.586)	(68.488)
Despesas Administrativas	17	(71.586)	(67.179)
Provisão para Contingências	17	-	(1.309)
Outras Receitas e Despesas	19	12.261	26.129
Receitas		15.189	26.287
Despesas		(2.923)	(59)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(5)	(99)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(410.735)	(356.227)
Resultado Financeiro	20	812	706
Despesas Financeiras		(187)	(267)
Receitas Financeiras		999	973
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(409.923)	(355.521)
Subvenções do Tesouro Nacional		433.925	404.961
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(1.689)	(26.186)
Reversões e Repasses Concedidos		42	35
Resultado Líquido do Período		22.355	23.289

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	22.355	23.289
Realização da Avaliação Patrimonial	200	201
Reversão de Menos Valia	26	-
Resultado Abrangente do Exercício	22.581	23.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.229.680	18.244	(18.494)	(1.188.679)	40.751
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(201)	201	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	15.112	-	-	15.112
Resultado do Período	-	-	-	23.289	23.289
Saldo em 31 de março de 2023	1.229.680	33.356	(18.695)	(1.165.189)	79.152
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.247.924	36.867	(19.297)	(1.283.884)	(18.390)
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(226)	226	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	1.256	-	-	1.256
Resultado do Período	-	-	-	22.355	22.355
Saldo em 31 de março de 2024	1.247.924	38.123	(19.523)	(1.261.303)	5.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto (DFC)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/03/2024	31/03/2023
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	22.355	23.289
Ajustes para reconciliar o resultado	8.529	6.750
Ajustes de Depreciação/Amortizações	8.312	5.914
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(21)	(27)
Variação Cambial Passiva (Importação)	26	64
Variação Cambial Ativa (Importação)	(27)	(30)
Baixa de Bens Imobilizados	486	2.917
Produção de Bens em Estoque	(1.001)	(701)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	1.214	(58)
Doações de Bens Móveis	(153)	(169)
Doações de Mercadorias	(307)	(1.160)
Variação de Ativos e Passivos	(36.099)	(28.335)
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(4.691)	(11.840)
Adiantamentos a Pessoal	(2.906)	(4.590)
Outras Contas a Receber (CP e LP)	(39)	(13)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(14)	(36)
Importações em Andamento (Estoque)	(1.838)	(399)
Estoques	3.095	6.073
Despesas Pagas Antecipadamente	224	132
Fornecedores	(2.566)	1.006
Outras Obrigações a Pagar	718	433
Obrigações com Pessoal	(21.055)	(16.288)
Obrigações Sociais a Pagar	6.552	(349)
Obrigações Tributárias a Pagar	(12.982)	(429)
Adiantamentos de Clientes	(27)	437
Provisão para Férias	(15.721)	(9.581)
Provisão para 13º salário	22.357	20.148
Provisão para Previdência Privada	-	(885)
Provisão para Licença Especial	1.125	4.478
Provisão pra Contingências	(8.331)	(16.632)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(5.215)	1.704
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(1.241)	(654)
Aquisições de Bens Móveis	(238)	(12.210)(11.555)
Aquisições de Importação em Andamento	(43)	(676)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(1.522)	(12.864)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	392	(35)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.255	15.112
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.647	15.077
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	(5.090)	3.917
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	160.231	133.546
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	155.141	137.463
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	(5.090)	3.917
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(153)	(169)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(307)	(1.160)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(460)	(1.329)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	76.287	74.861
Outras Receitas	14.695	26.393
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	(1.425)	37
	89.557	101.291
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	(54.077)	(53.752)
Serviços de Terceiros	(45.428)	(43.536)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(200)	(158)
	(99.705)	(97.446)
Valor Adicionado Bruto	(10.148)	3.845
Despesas com Depreciação/Amortização	(9.501)	(8.732)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(19.649)	(4.887)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	999	973
Repasse Recebidos (-) Subvenções	432.235	378.775
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	43	35
Receitas de Aluguéis	556	558
	433.833	380.341
Valor Adicionado Total a Distribuir	414.184	375.454
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	265.734	240.004
Benefícios	26.049	21.693
FGTS	22.360	20.836
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	76.361	68.155
Estaduais/Municipais	33	36
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	187	267
Locação de Imóveis/Condomínio	233	237
Locação de Máquinas e Equipamentos	872	937
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultado do Exercício	22.355	23.289
Valor Adicionado Distribuído	414.184	375.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da instituição adequando-o à Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor Médico, Diretor Administrativo, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$).

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 03 de junho de 2024.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de março de 2024. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de março de 2024. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis e Utensílios Diversos	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) **Impairment de Ativos não Financeiros**

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) **Obrigações Tributárias**

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) **Benefícios a Empregados**

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) **Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 16.619 Cíveis e R\$ 43.656 Trabalhistas, totalizando R\$ 60.275.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. No exercício de 2024 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 14.822, de 22 de janeiro de 2024.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	45	20
Bancos – Conta Corrente	488	575
Depósitos Bancários de Curto Prazo	591	596
Conta Limite de Saque	154.017	159.040
Saldo Contábil	<u>155.141</u>	<u>160.231</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

06 Créditos de Fornecimento de Serviços e Demais Contas a Receber

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	41.972	35.111
Convênios Privados	13.289	17.249
Clientes Particulares	6.923	6.232
Créditos Diversos	2.502	1.955
Subtotal	64.686	60.547
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.706)	(10.492)
Valor Líquido a Receber	52.980	50.055

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

Em 31 de março de 2024 o grupo Demais Contas a Receber somava R\$ 7.887 mil, composto principalmente por recursos a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação. O montante administrado pela referida fundação é de R\$ 7.256 mil, e está amparado em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais.

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Décimo Terceiro Salário	22.454	10.994
Férias	2.308	10.866
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	13	8
Saldo Contábil	24.775	21.868

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2024, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em março relativo à competência abril de 2024.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Medicamentos	8.469	9.778
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	8.249	8.898
Material de Órtese e Prótese	3.230	3.276
Materiais e Utensílios	768	617
Rouparia (uniformes)	703	733
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	312	384
Material de Expediente, Informática e Gráfico	292	203
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	39	39
Materiais de Engenharia e Ferramentas	4.087	4.008
Saldo Contábil	26.149	27.936

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 31 de março de 2024 os estoques garantiam 42 dias de utilização.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edifícios	1	805.453	(104.110)	701.343	704.259
Terrenos		67.406	-	67.406	67.406
Obras em Andamento [1]		65.827	(14.306)	51.521	50.664
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	321.396	(208.233)	113.163	118.009
Informática	20 a 50	39.811	(24.382)	15.429	15.609
Veículos Diversos	10 a 20	928	(738)	190	205
Subtotal Imobilizado		1.300.821	(351.769)	949.052	956.152
Bens Móveis em Andamento		44	-	44	-
Saldo Contábil		1.300.865	(351.769)	949.096	956.152

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos, razão pela qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 31/03/2024</u>
Edifícios	805.453	-	-	-	805.453
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento	64.586	1.263	-	(22)	65.827
Bens Móveis e Máquinas	321.860	573	-	(1.037)	321.396
Informática	39.442	627	-	(258)	39.811
Veículos Diversos	928	-	-	-	928
Total Imobilizado	1.299.675	2.463	-	(1.317)	1.300.821

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Software	20 a 50	8.943	(7.405)	1.538	1.604
Saldo Contábil		8.943	(7.405)	1.538	1.604

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Companhia de Gás do Estado do RS	602	630
Fresenius Kabi Brasil Ltda.	514	394
Grifols Brasil Ltda.	456	507
Betron Tecnologia em Segurança Ltda.	436	-
Sulclean Serviços Ltda.	435	-
Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	403	78
RS - Produtos Hospitalares Ltda.	343	670
Trimedcall Comércio de Materiais Médicos e Hospitalares Ltda.	341	666
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda.	333	553
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	321	299
	4.184	3.797
Demais fornecedores	15.434	18.387
Saldo Contábil	19.618	22.184

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.600	841
IRRF sobre Folha de Pagamento	28.440	43.087
COFINS sobre Faturamento	140	217
PIS sobre Faturamento	30	47
Obrigações Tributárias	31.210	44.192
Encargos Previdenciários, FGTS e Pensões	36.932	30.380
Obrigações Sociais	36.932	30.380
Saldo Contábil	68.142	74.572

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF Única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	52.594	73.791
Previdência e Assistência Médica	6.701	6.854
Empréstimos e Financiamentos	5.030	4.690
Outras Despesas de Pessoal	1.146	1.191
Saldo Contábil	65.471	86.526

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de março de 2024. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de abril de 2024.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

	31/03/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	6.433	795.929	802.362	810.693
Férias a Pagar (b)	133.182	-	133.182	148.904
Décimo Terceiro a Pagar (c)	22.357	-	22.357	-
Licença Especial (d)	81.748	-	81.748	80.622
Tempo de Serviço Passado - TSP (e)	2.385	-	2.385	2.385
Saldo Contábil	246.105	795.929	1.042.034	1.042.604

(a) Contingências

	31/03/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Trabalhistas	6.433	772.771	779.204	787.926
Cíveis e Administrativas	-	23.158	23.158	22.513
Tributárias	-	-	-	254
Saldo de Contingências	6.433	795.929	802.362	810.693

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O SIMERS recorreu da decisão de primeira instância que extinguiu o processo sem resolução do mérito, logo o processo aguarda encaminhamento ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. região para julgamento. Em 31 de março de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 327.022 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

No quarto trimestre de 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 31 de março de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 54.062 mil e possui expectativa de perda provável, conforme os advogados do HCPA.

Em setembro de 2023 transitou em julgado o cálculo da ação civil coletiva nº 0030900-71.2008.5.04.0026, ajuizada pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), após a interposição de agravo de petição e recurso de revista. A ação trata da ausência do adicional noturno e da hora reduzida referente ao labor em jornada prorrogada noturna (após às 5h da manhã), abrangendo em torno de 219 médicos. O processo está em finalização, estando os precatórios em expedição para pagamento. Em 31 de março de 2024, a ação possui valor total estimado em R\$ 36.081 mil.

O contingenciamento das ações que possuem expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA, acarretou na apresentação de um patrimônio líquido negativo da entidade a partir do mês de agosto de 2023, conforme relatado na nota explicativa nº 15. Em 31 de março de 2024, no entanto, a partir da reversão de valores de provisões, o patrimônio líquido está positivo.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Férias a Pagar	31/03/2024	31/12/2023
Férias		
Saldo Inicial	108.376	93.141
Baixas	(13.414)	(11.459)
Apropriações	1.969	26.694
Total de Férias	96.931	108.376
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	40.528	34.812
Baixas	(5.011)	(4.250)
Apropriações	734	9.966
Total de Encargos sobre Férias	36.251	40.528
Saldo de Férias a Pagar	133.182	148.904
(c) Décimo Terceiro a Pagar	31/03/2024	31/12/2023
Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	-	-
Apropriações	16.271	-
Total de Décimo Terceiro	16.271	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	-	-
Apropriações	6.086	-
Total de Encargos Décimo Terceiro	6.086	-
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	22.357	-
(d) Licença Especial	31/03/2024	31/12/2023
Licença Especial		
Saldo Inicial	58.698	54.002
Baixas	(500)	(1.531)
Apropriações	1.323	6.227
Total de Licença Especial	59.521	58.698
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	21.924	20.149
Baixas	(188)	(570)
Apropriações	491	2.345
Total de Encargos sobre Licença Especial	22.227	21.924
Total de Licença Especial a Pagar	81.748	80.622
(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)		

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 1º de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Este valor é pago com Recursos do Tesouro Nacional e está registrado no Passivo Circulante.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio Líquido

A partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo, o que indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado na Nota Explicativa 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores. Em 31 de março de 2024, no entanto, a partir da reversão de valores de provisões, o patrimônio líquido está positivo.

(a) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(19.297)	(18.494)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(200)	(803)
Reversão de Menos Valia	(26)	-
Saldo final	<u>(19.523)</u>	<u>(19.297)</u>

16 Receita Operacional Líquida

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	58.079	51.059
Convênios	11.995	12.580
Particulares	2.464	2.479
Pesquisa e Ensino	2.480	7.726
Outros Serviços	1.269	1.017
Total de Serviços Prestados	<u>76.287</u>	<u>74.861</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(114)	-
COFINS sobre Faturamento	(524)	-
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(638)</u>	<u>-</u>
Receita Líquida Operacional	<u>75.649</u>	<u>74.861</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	31/03/2024			31/03/2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Salários e Encargos	321.857	49.215	371.072	288.982	46.195	335.177
Benefícios de Pessoal	21.479	4.570	26.049	17.639	4.054	21.693
Consumo de Materiais	51.923	1.153	53.076	51.683	1.368	53.051
Depreciações/Amortizações	5.424	4.077	9.501	5.585	3.147	8.732
Despesas com Serviços PF e PJ	26.376	12.571	38.947	24.840	12.415	37.255
Subtotais	427.059	71.586	498.645	388.729	67.179	455.908
Provisões para Contingências	-	-	-	-	1.309	1.309
Saldo Contábil	427.059	71.586	498.645	388.729	68.488	457.217

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	31/03/2024	31/03/2023
Assistência Médica	3.654	2.806
Auxílio Transporte	847	670
Auxílio Creche	260	275
Auxílio Alimentação	12.160	8.698
Previdência Privada	9.128	9.244
Saldo Contábil	26.049	21.693

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

	31/03/2024	31/03/2023
Outras Receitas		
Aluguéis	556	558
Contrato de Prestação de Serviços	817	785
Doações de Estoque e Uso Permanente	460	1.329
Leilões	20	57
Ressarcimentos de Funcionários	1.266	1.118
Restituições de Convênios	1.031	479
Reversão de PECLD	938	37
Reversão de Provisões TSP	-	5.166
Reversão de Provisões Judiciais	8.331	13.661
Outros Acréscimos	1.770	3.097
Total de Outras Receitas	15.189	26.287
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(2.923)	(59)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(5)	(99)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(2.928)	(158)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	12.261	26.129

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado Financeiro

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	754	792
Juros e Multas Previstos em Contratos	197	123
Variação Cambial e Monetária Ativa	48	58
Total Receita Financeira	<u>999</u>	<u>973</u>
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(165)	(96)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(22)	(171)
Total Despesa Financeira	<u>(187)</u>	<u>(267)</u>
Saldo Contábil	<u>812</u>	<u>706</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 808.869 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2023 a 01 de agosto de 2024.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2023 a 31 de julho de 2024. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

22 Eventos Subsequentes

De 31 de março de 2024 até 3 de junho de 2024, data de autorização destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Demonstrações
Contábeis Intermediárias

Referente ao 1º trimestre de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de informações trimestrais.

Ênfase

Patrimônio Líquido (Nota Explicativa 15)

A partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do Governo Federal, conforme explicitado na Nota Explicativa 1, não há objetivo de auferir lucros. Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores. Em 31 de março de 2024, no entanto, a partir da reversão de valores de provisões, o Patrimônio Líquido está positivo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 3 de junho de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O-7



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
DIRETORIA EXECUTIVA
DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE MARÇO DE 2024

Considerando a apresentação das demonstrações contábeis em 31 de março de 2024 na 924ª reunião da Diretoria Executiva, realizada em 3 de junho de 2024, conforme item 12 da Ata da Reunião (documento nº 1234629): a **Diretoria Executiva aprovou as Demonstrações Contábeis de 31 de março de 2024**, em conformidade com o Parecer de Auditoria Externa sobre as Demonstrações Contábeis, documento nº 1237161, e a apresentação de nº 1240286. O assunto será submetido ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para apreciação.

Porto Alegre, 04 de junho de 2024.

Profa. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **NADINE OLIVEIRA CLAUSELL, DIRETORA-PRESIDENTE**, em 05/06/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1240264** e o código CRC **364BBE6D**.

Rua Ramiro Barcelos, 2350, Bairro Bom Fim
CEP 90035-903 - Porto Alegre/RS
(51) 3359.8000 - www.hcpa.edu.br

Referência: Processo nº 23092.006671/2024-83

SEI nº 1240264